



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 13911 - DF (2020/0320334-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
REQUERENTE : A M W
ADVOGADO : ADRIANA MANGABEIRA WANDERLEY - AL005064
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Cuida-se de petição com pedido de liminar apresentada por A. M. W. ao argumento da ocorrência de fatos novos que ensejariam a reiteração do pedido e urgência na tomada da decisão.

Alega que, no autos da APN n. 886, consta pedido de medida protetiva, tendo o relator submetido a apreciação dos órgãos competentes; o Ministério dos Direitos Humanos deu parecer amplamente favorável à implementação da medida.

Afirma que a não decretação das medidas requeridas está levando à requerente a uma condição de saúde fragilizada, acrescida dos riscos reais à sua vida, como o ocorrido no 23 de dezembro de 2020, quando de retorno a Maceió (AL), a fim de gozar o período natalino, ao descolar-se para sua fazenda, surpreendeu-se pois a sede estava com sinais evidentes de depredação, sem que houvesse subtração (roubo) de nenhum pertence existente no local, incluído animais de alto valor.

Segundo a requerente, quando do registro da ocorrência, o agente de polícia que a atendeu "descartou a possibilidade de furto, questionando a requerente se existia alguma pessoa que considerasse desafeto, tendo em vista que os indícios apontavam para atos de intimidação", tendo sido instaurado inquérito para apuração dos fatos (fls. 77-79).

Assim, requer a implementação da medida protetiva anteriormente solicitada, visando proteger sua integridade, por entender estar clara a situação de urgência/emergência.

É, no essencial, o relatório.

Considerando terem sido trazidas informações sobre fatos novos, manifeste-se o Ministério Público Federal em 5 dias.

Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente